



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CARTA CONTRATO Nº 02/2021

CARTA-CONTRATO N. 02/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. 0003302-77.2020.6.22.8000.

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA BRAGA & TEIXEIRA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE CARIMBOS.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00.

CONTRATADA: Empresa **BRAGA & TEIXEIRA LTDA** (MULTIPLACAS), inscrita no CNPJ sob o nº. **07.554.206/0001-02**, com sede Rua Afonso Pena, n. 1061, Bairro Nossa Senhora das Graças, CEP: 76.804-120, Município: Porto Velho, Estado Rondônia, Telefone(s): (69) 98133-6235, E-mail(s): multiplacas.pvh@bol.com.br, neste ato representada por sua Sócia Administradora, **MARIA DAS GRAÇAS BRAGA TEIXEIRA**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG 259.391/SSP-RO e do CPF 204.823.102-00.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos), Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO e, supletivamente, Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei 10.406/2002 (Código Civil), bem como Resolução TSE n. 23.234/2010.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por Dispensa de Licitação, com fulcro no artigo 24, II, da Lei n. 8.666/93 e Cotação de Preços n. 10/2020 - SLC.

Ato de Autorização da Despesa e Ratificação da Dispensa de Licitação:
Despacho n. 271/2021-PRES/DG/GABDG, de 09/03/2021, evento [0668938](#).

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto desta Carta-Contrato a prestação de serviço de confecção de carimbos, além de serviços correlatos, para atender às necessidades da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo – SPEA do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, conforme condições e especificações constantes neste instrumento, e quantidades estimadas abaixo:

QUADRO 1 – CARIMBOS E AFINS		
LOTE	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	Carimbos de madeira até 10 cm2	60
	Carimbos de madeira 10 a 20 cm2	50
	Carimbos de madeira acima de 20 cm2	70
	Carimbos de madeira redondos até 3 cm de diâmetro	30
	Carimbos de madeira redondos acima de 3 cm de diâmetro	10
	Carimbos auto-tintados - Printer 20	30
	Carimbos auto-tintados - Printer 30	15
	Carimbos auto-tintados redondos 30 mm	10



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Refil para carimbos auto-tintados - Printer 20	15
	Refil para carimbos auto-tintados - Printer 30	10
	Refil Carimbos auto-tintados redondos 30 mm	10
	Confecção de borracha carimbo auto-tintados - Printer 20	25
	Confecção de borracha carimbo auto-tintados - Printer 30	25
	Confecção de borracha carimbo auto-tintados redondos 30 mm	10

Subcláusula Primeira - Os carimbos deverão ser confeccionados em massa crua de borracha vulcanizável, com apoio sobre espuma e cabo de madeira do tipo cedro ou pinus, ou pelo sistema de fotopolímero com composição computadorizada, e, ainda, nos casos de carimbos que não se valham desta descrição, com material que garanta a qualidade do objeto.

Subcláusula Segunda - Os materiais deverão ser entregues na sede administrativa deste Tribunal, situada na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP 76.805-901, Município de Porto Velho/RO.

Subcláusula Terceira – O quantitativo especificado no objeto é estimado, não obrigando a Administração a efetuar a aquisição de sua totalidade durante a vigência deste ajuste.

Subcláusula Quarta - Vinculam-se a esta Carta-Contrato, independente de transcrição, o Projeto Básico respectivo, a Proposta da CONTRATADA e a Cotação de Preços n. 10/2020-SLC.

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

(Artigo 55, II e IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA - Os serviços serão prestados mediante Requisição da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo, conforme a necessidade do TRE-RO e conforme a seguir:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. Os carimbos deverão ser entregues na referida Seção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento da Requisição pela CONTRATADA.
2. Serão fornecidos modelos dos carimbos a serem confeccionados e não serão aceitos aqueles que não corresponderem ao modelo expresso.
3. A CONTRATADA deverá substituir os carimbos que apresentarem defeito de fabricação ou desatenderem às especificações exigidas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
4. Os materiais serão recebidos provisoriamente e definitivamente, mediante a emissão dos respectivos Termos de Recebimento pelo fiscal da contratação.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, caput e seu § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, não podendo ser prorrogada.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O valor estimado desta Carta-Contrato é de **R\$ 8.325,00** (oito mil trezentos e vinte e cinco reais), consoante a proposta da CONTRATADA, referente aos seguintes serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
1	Carimbos de madeira até 10 cm2	UND	60	20,00	1.200,00
2	Carimbos de madeira 10 a 20 cm2	UND	50	20,00	1.000,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3	Carimbos de madeira acima de 20 cm2	UND	70	30,00	2.100,00
4	Carimbos de madeira redondos até 3 cm de diâmetro	UND	30	20,00	600,00
5	Carimbos de madeira redondos acima de 3 cm de diâmetro	UND	10	20,00	200,00
6	Carimbos auto-tintados - Printer 20	UND	30	30,00	900,00
7	Carimbos auto-tintados - Printer 30	UND	15	35,00	550,00
8	Carimbos auto-tintados redondos 30 mm	UND	10	55,00	550,00
9	Refil para carimbos auto-tintados - Printer 20	UND	15	15,00	225,00
10	Refil para carimbos auto-tintados - Printer 30	UND	10	15,00	150,00
11	Refil Carimbos auto-tintados redondos 30 mm	UND	10	18,00	180,00
12	Confecção de borracha carimbo auto-tintados - Printer 20	UND	25	10,00	250,00
13	Confecção de borracha carimbo auto-tintados - Printer 30	UND	251	12,00	300,00
14	Confecção de borracha carimbo auto-tintados redondos 30 mm	UND	10	12,00	120,00
	VALOR TOTAL DO LOTE/TOTAL DA CARTA-CONTRATO R\$				8.325,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Única - As despesas com a execução da presente Contratação correrão à conta do Programa de Trabalho nº. 02122003320GP0011, Natureza da Despesa nº. 33.90.30.16, constantes no Orçamento Ordinário da Justiça Eleitoral, conforme Nota de Empenho nº. 2021NE000180, de 11/03/2021, e consoante detalhado a seguir:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Manutenção Geral (Ordinário)
AGREGADOR	Operação dos Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA	Material de Consumo
PLANO INTERNO	AOSA CONSUM

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O pagamento, observadas as retenções legais, será efetuado mensalmente, após a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada das respectivas requisições e devidamente certificada pela Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo do TRE-RO, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada definitivamente.

Subcláusula Primeira – O CONTRATANTE não se obrigará a efetuar o pagamento de Faturas/Notas Fiscais desacompanhadas da respectiva solicitação de serviços, quando for o caso, ou não atestadas pelo respectivo gestor/fiscal da contratação.

Subcláusula Segunda - No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade junto ao INSS, FGTS, FAZENDA FEDERAL, JUSTIÇA DO TRABALHO e CNJ.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

Subcláusula Quarta - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATANTE não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Quinta - A compensação financeira prevista no parágrafo quarto será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

(Artigo 67 da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – A gestão e a fiscalização do presente Contratação serão exercidas pelo titular da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo do TRE-RO, ou seu substituto, em suas ausências legais, a quem compete, nessa condição, com observância das disposições contidas no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93 e na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Única - A atuação ou a eventual omissão da Gestão e Fiscalização durante a execução da contratação não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Solicitar a realização dos serviços, mediante formulário próprio de requisição de serviços, a qual será emitida pela Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo do TRE-RO, cujas primeiras vias deverão ficar de posse da CONTRATADA, para efeito de controle e prestação de conta mensal;
2. Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;
3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
4. Dar conhecimento à CONTRATADA, acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;
5. Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares os serviços prestados pela CONTRATADA;
6. Notificar a CONTRATADA, na ocorrência da situação prevista na subcláusula anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo as regras da Carta-Contrato;
7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, preço e prazos previstos na Carta-Contrato;
8. Notificar a CONTRATADA, em razão de qualquer descumprimento das obrigações pactuadas, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
9. Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da desta;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas das leis e dos regulamentos e, bem como, das demais normas aplicadas à contratação ou sempre que o interesse da Administração Pública o exigir;
11. Promover o acompanhamento e a fiscalização da presente Carta-Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta; e
12. Emitir os Termos de que o material recebido está de acordo com as especificações, atestando a fatura para posterior pagamento.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – São obrigações da CONTRATADA:

1. Realizar o objeto da presente Carta-Contrato nas condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento e no Projeto Básico respectivo e seus anexos;
2. Executar os serviços/fornecimentos de acordo com as requisições emitidas pela Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo do TRE-RO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir de seu recebimento;
3. Reparar/corrigir/refazer as suas expensas, no prazo determinado pelo CONTRATANTE, contados de sua notificação, os serviços nos quais forem constatadas falhas, imperfeições ou irregularidades resultantes da execução ou de material/equipamento empregado;
4. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços objeto da presente Carta-Contrato, não podendo ser arguido, para efeito da exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;
5. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao CONTRATANTE ou a terceiros e responsabilizar-se por quaisquer danos materiais que porventura vier causar, durante a execução dos serviços;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação;
7. Manter, durante a execução do serviço contratado, a condição de regularidade junto ao FGTS, INSS, FAZENDA FEDERAL e JUSTIÇA DO TRABALHO.
8. Manter-se, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigida no Instrumento Convocatório.
9. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;
10. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto desta contratação;
11. Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os carimbos que apresentarem defeito de fabricação ou forem confeccionados em desacordo com as requisições e modelos apresentados;
12. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente Carta-Contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93; e
13. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:
 - I – Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos;
 - II – Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO.
14. Cumprir todas as demais normas e obrigações que, embora não referidas neste instrumento, sejam de observância obrigatória para a regular prestação dos serviços objeto desta carta-contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA - O descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas neste instrumento sujeita a CONTRATADA à multa moratória, consoante o “caput” e §§ 2º e 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor contratado, na seguinte forma:

- a) atraso injustificado de até 2 (dois) dias úteis na entrega ou substituição de carimbos, multa de 2% (dois por cento);
- b) atraso injustificado superior a 2 (dois) dias úteis e inferior a 04 (quatro) dias úteis na entrega ou substituição de carimbos, multa de 4% (quatro por cento);
- c) atrasos superiores a 04 (quatro) dias úteis na entrega ou substituição dos carimbos poderão caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação, podendo a Administração rescindir a Carta-Contrato e aplicar à CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.
- d) atraso injustificado no cumprimento de qualquer determinação do CONTRATANTE para adimplemento de outras obrigações contratuais, no prazo definido na notificação expedida pelo gestor/fiscal da contratação, poderá ensejar multa de 2% (dois por cento) ao dia, até o limite de 03 (três) dias consecutivos;
- e) atrasos injustificados superiores a 03 (três) dias, no cumprimento de qualquer determinação do CONTRATANTE para adimplemento de outras obrigações contratuais, no prazo definido na notificação expedida, poderá caracterizar a inexecução da obrigação, podendo a Administração rescindir a Carta-Contrato e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;

Subcláusula Primeira - Pela inexecução total ou parcial do objeto da Carta-Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

I - advertência;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Carta-Contrato, na inexecução total e sobre o valor inadimplido, na inexecução parcial;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Segunda - Sempre que não houver prejuízo para a Administração Pública, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a critério e motivação do CONTRATANTE.

Subcláusula Terceira - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência;

Subcláusula Quarta - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato, as penalidades mais severas;

Subcláusula Quinta - As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante ou a terceiros.

Subcláusula Sexta - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Sétima - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;

Subcláusula Oitava - Nas condutas de inexecução parcial do instrumento contratual ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no Projeto Básico como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93 e das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

Subcláusula Nona - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

Subcláusula Décima - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Primeira - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

Subcláusula Décima Segunda - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Terceira - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quarta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Quinta - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Sexta - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Sétima - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Oitava – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Décima Nona - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Penalidades” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE; e
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração contratante ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Quarta – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta contratação, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral da Carta-Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicar-se-ão a Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos), a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), supletivamente, a Lei 10.406/2002 (Código Civil), além da Instrução Normativa nº 004/2008-TRE-RO e orientações constantes no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta Carta-Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 12 de março de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	MARIA DAS GRAÇAS BRAGA TEIXEIRA Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DAS GRAÇAS BRAGA TEIXEIRA, Usuário Externo**, em 12/03/2021, às 16:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 12/03/2021, às 16:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 12/03/2021, às 16:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 16/03/2021, às 11:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0670405** e o código CRC **4B878FA8**.

0003302-77.2020.6.22.8000

0670405v2

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 12/03/2021 15:35:57.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROJETO BÁSICO Nº 2/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SPEA

PROJETO BÁSICO

1. INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao disposto no art. 6º, IX e art. 7º, I, ambos da Lei 8.666/93 e Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO, elaboramos o presente Projeto Básico para que, através do procedimento legal pertinente, seja formalizada a contratação de pessoa jurídica especializada para confecção e fornecimento no fornecimento de carimbos, para suprir às necessidades da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo deste Tribunal.

2. DO OBJETO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1. Da especificação

2.1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de confecção de carimbos, além de serviços correlatos, para suprir às necessidades da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo deste Tribunal, conforme planilha abaixo:

QUADRO 1 – CARIMBOS E AFINS		
LOTE	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	Carimbos de madeira até 10 cm2	60
	Carimbos de madeira 10 a 20 cm2	50
	Carimbos de madeira acima de 20 cm2	70
	Carimbos de madeira redondos até 3 cm de diâmetro	30
	Carimbos de madeira redondos acima de 3 cm de diâmetro	10
	Carimbos auto-tintados - Printer 20	30
	Carimbos auto-tintados - Printer 30	15
	Carimbos auto-tintados redondos 30 mm	10
	Refil para carimbos auto-tintados - Printer 20	15
	Refil para carimbos auto-tintados - Printer 30	10
	Refil Carimbos auto-tintados redondos 30 mm	10
	Confecção de borracha carimbo auto-tintados - Printer 20	25
	Confecção de borracha carimbo auto-tintados - Printer 30	25
	Confecção de borracha carimbo auto-tintados redondos 30 mm	10



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2 – Do material a ser confeccionado

2.2.1. Os carimbos deverão ser confeccionados em massa crua de borracha vulcanizável, com apoio sobre espuma e cabo de madeira do tipo cedro ou pinus, ou pelo sistema de fotopolímero com composição computadorizada, e ainda, nos casos de carimbos que não se valham desta descrição, com material que garanta a qualidade do objeto.

3. DA JUSTIFICATIVA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.1. Da necessidade

3.1.1. A aquisição de carimbos é notoriamente necessária para o bom e regular andamento das atividades administrativas e judiciais deste Tribunal.

3.1.2. A necessidade é notória para a clara e rápida identificação da autoridade ou servidor que assina os mais diversos documentos diariamente produzidos por este Tribunal. Além disso, a natural movimentação nas equipes exige a confecção de carimbos para fazer face às atualizações e adequações de postos e cargos nas diversas unidades.

3.1.3. Verifica-se, portanto, necessária a manutenção de um contrato de fornecimento de carimbos para suprir as necessidades rotineiras deste Tribunal.

3.2. Do planejamento estratégico

3.2.1. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

3.2.2. Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta no Planejamento Anual das Contratações para 2018, e vem ao encontro OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

- Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
- Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança

3.2.3. Adotar-se-á como Valores:

Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores, atividades;

3.3. Aperfeiçoamento da gestão orçamentária

3.3.1. Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

3.4. Do agrupamento em lote

3.4.1. O agrupamento em lotes é uma ferramenta posta à disposição da Administração para a contratação de produtos ou serviços que guardem estreita relação entre si, visando sempre a economicidade, a padronização e a eficiência administrativa.

3.4.2. No objeto em questão, verifica-se a necessidade de formação de lote, para a aquisição de carimbos, pelos seguintes motivos:

I – A reunião em lote favorece a economicidade, visto que se os itens fossem contratados isoladamente teriam um custo maior, pois há demanda de pequenos quantitativos que, se contratados isoladamente, ficariam mais onerosos à Administração, sendo mais vantajosa sua contratação em lote, por conta do notável ganho de escala. Ademais, poucos fornecedores manifestariam interesse em uma contratação para fornecimento de cinco unidades de determinado carimbo e, se o fizessem, certamente o fariam com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

preços deveras elevados. Na contratação em lote dos itens em questão, aumenta-se a competitividade entre interessados, tornando o objeto economicamente viável.

II – A reunião em lote também favorece a economia processual, visto que o custo com a autuação, tramitação e gestão de diversos processos seria muito alta para o fornecimento, por exemplo, de cinco unidades de um determinado carimbo para um fornecedor e cinco unidades para outro. Fomentar-se-ia o peso da burocratização em detrimento do princípio constitucional da eficiência administrativa.

III – Outro fator importante é o respeito à integridade qualitativa do objeto a ser executado, bem como a padronização dos itens fornecidos, visto que com a contratação em lote ter-se-á um padrão de qualidade no fornecimento do material, evitando a confusão de carimbos de diversos modelos, cores, dimensões e qualidades. Na contratação em lote, mantêm-se idênticos os estilos, modelos e designs dos itens que guardam estreita relação entre si.

3.5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

3.5.1. Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa n. 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente produtos que atendam os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental do artigo 5º:

I – Os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – Sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

3.5.2. As proponentes deverão ainda observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas, inclusive quanto a observância do anexo I da Instrução Normativa (IBAMA) nº 06 de 15 de março de 2013 no caso de itens enquadrados como atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, caso em que poderá ser solicitado certificado de sustentabilidade ambiental.

3.5.3. O Projeto Básico contempla o pedido de compra de borrachas e refis de carimbo, medida que permitirá o reaproveitamento dos materiais em desuso.

3.5.4. A comprovação do cumprimento dos critérios de sustentabilidade pode ser feita através de uma declaração em papel timbrado e assinado pelo responsável pela empresa, atestando a conformidade dos produtos em relação ao disposto no item 3.5 do respectivo TR a ser entregue junto com as respectivas certidões negativas.

4. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Da apresentação de propostas

4.1.1. O prazo de validade da proposta apresentada será de 60 (sessenta) dias.

4.1.2. As empresas que desejarem participar deverão informar nas suas propostas comerciais os valores unitários e totais dos itens contidos no Quadro 1 deste PB. **O setor responsável pelo processamento da cotação confirmará as especificações cotadas.**

4.1.3. Com o objetivo de efetivamente avaliar as características técnicas dos serviços ofertados, as participantes **poderão** encaminhar com as propostas comerciais, folhetos informativos que detalhem os carimbos e os refis que serão entregues.

4.1.4. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, serviços,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Cotação de Preços.

4.1.5. As propostas apresentadas mediante preenchimento deste formulário de cotação de preços serão julgadas pelo critério do **MENOR PREÇO DO LOTE DE SERVIÇOS**, observado o cumprimento dos requisitos de participação e de qualificação definida neste documento.

4.2. Da aceitação da proposta

4.2.1. A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

- a) O fornecimento dos serviços contidos nos itens deverá obedecer estritamente às especificações constantes da Pesquisa de Mercado nº 10/2020 SLC, especialmente no que concerne aos valores, quantidade e qualidade;
- b) Não serão aceitos os produtos que apresentem qualquer vício de qualidade ou impropriedade para uso ou que prejudiquem o fim a que se destinam.

5. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços serão prestados mediante Requisição da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo, conforme a necessidade do TRE/RO.

5.2. Os carimbos deverão ser entregues na referida Seção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento da Requisição pela contratada.

5.3. Serão fornecidos modelos dos carimbos a serem confeccionados e não serão aceitos aqueles que não corresponderem ao modelo expresso.

5.4. A contratada deverá substituir os carimbos que apresentarem defeito de fabricação ou desatenderem às especificações exigidas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

5.5. A contratada se responsabilizará por quaisquer danos materiais que porventura vier a causar durante a execução dos serviços descritos no presente instrumento, como por exemplo: lascas, riscos e/ou outras avarias nas portas, arquivos, mesas e armários, etc.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Habilitação Jurídica, consistente em:

a) Inscrição e regularidade no CNPJ;

6.2. Regularidade Fiscal:

a) Certidão de Regularidade da Fazenda Federal e INSS;

b) Certidão de regularidade do FGTS – CRF;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; e,

d) Certidão do CNJ do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.

7. DO VALOR

7.1. Do menor preço obtido

7.1.1. O valor estimado da aquisição é de **R\$ 8.325,00** (oito mil, trezentos e vinte e cinco reais). Esse valor foi obtido por meio Cotação de Preços - MultiPlacas ([0650157](#)) efetuada no mercado local de Porto Velho/ RO.

7.2. Da cotação de preços

7.2.1. Os valores unitários foram obtidos por meio da Cotação de Preços nº. 10/2020-SLC, realizada no Mercado local do Município de Porto Velho/ RO e teve as seguintes empresas como participantes, bem como a seguinte composição de valores abaixo transcritos:

QUADRO 2 – PESQUISA DE PREÇOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	PREÇO	PREÇO	MENOR PREÇO
				1	2	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1	Carimbos de madeira até 10 cm2	UND	60	1.200,00	1.200,00	1.200,00
2	Carimbos de madeira 10 a 20 cm2	UND	50	1.000,00	1.250,00	1.000,00
3	Carimbos de madeira acima de 20 cm2	UND	70	2.100,00	2.100,00	2.100,00
4	Carimbos de madeira redondos até 3 cm de diâmetro	UND	30	600,00	750,00	600,00
5	Carimbos de madeira redondos acima de 3 cm de diâmetro	UND	10	200,00	300,00	200,00
6	Carimbos auto-tintados - Printer 20	UND	30	900,00	1.350,00	900,00
7	Carimbos auto-tintados - Printer 30	UND	15	550,00	750,00	550,00
8	Carimbos auto-tintados redondos 30 mm	UND	10	550,00	1.000,00	550,00
9	Refil para carimbos auto-tintados - Printer 20	UND	15	225,00	225,00	225,00
10	Refil para carimbos auto-tintados - Printer 30	UND	10	150,00	150,00	150,00
11	Refil Carimbos auto-tintados	UND	10	180,00	200,00	180,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	redondos 30 mm					
12	Confecção de borracha carimbo auto-tintados - Printer 20	UND	25	250,00	375,00	250,00
13	Confecção de borracha carimbo auto-tintados - Printer 30	UND	25	300,00	375,00	300,00
14	Confecção de borracha carimbo auto-tintados redondos 30 mm	UND	10	120,00	180,00	120,00
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE						
				8.325,00	10.205,00	8.325,00

7.3. Da Contratação Direta por Dispensa de Licitação (Art. 24, II, da Lei nº. 8.666/93)

7.3.1. Considerando que os preços obtidos, verifica-se que os valores estão dentro dos limites de dispensa de licitação, atualizados pelo Decreto nº.

9.412/2018 - poderá a Administração realizar a despesa com dispensa de licitação com fulcro no **art. 24, II, da Lei n. 8.666/93**.

7.4. Da empresa vencedora

7.4.1. As empresas que participaram da Cotação de Preços foram as seguintes:

Empresa 1: BRAGA & TEIXEIRA LTDA - ME, CNPJ 07.554.206/0001-02

Empresa 2: AZEVEDO & MORAES SERVIÇOS -ME, CNPJ 14.237.752/0001-85



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.4.2. A Empresa que se sagrou vencedora com o menor preços para o item deste Projeto Básico: é a BRAGA & TEIXEIRA LTDA - ME)
CNPJ 07.554.206/0001-02.

7.4.3. Dados bancários

Banco:

Agência:

Conta corrente:

Responsável:

7.5. Dos documentos de habilitação

7.5.1. São os seguintes os documentos comprobatórios de habilitação das empresas participantes:

EMPRESAS	HABILITAÇÃO JURÍDICA	HABILITAÇÃO FISCAL
1	Evento 0650258	Evento 0650429 e 0650868
2	Evento 0650261	-

8. DO CRONOGRAMA

8.1. A aquisição decorrente do futuro contrato a ser firmado com a empresa vencedora do certame obedecerá a necessidade e disponibilidade orçamentária. Não é possível prever, neste momento, cronograma de aquisição, pois a necessidade não se sujeita a demanda uniforme ou previsível. A execução se dará por meio de requisição contendo o objeto e quantidade, no valor a ser apresentado na proposta.

9. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

9.1. A aquisição especificada no presente Termo de Referência será custeada pelo Orçamento Ordinário do exercício de 2020-2021 conforme demonstrado no quadro abaixo:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Manutenção Geral (Ordinário)
AGREGADOR	Operação dos Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA	Material de Consumo
PLANO INTERNO	AOSA CONSUM
VALOR ESTIMADO PARA O EXERCÍCIO DE 2020	R\$ 5.000,00

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Nos termos do artigo 62 da Lei 8.666/93, será firmado contrato para regular a relação entre a Administração Contratante e a Contratada, terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

10.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a adjudicatária deverá estar regular junto a Fazenda Federal ou à Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como apresentar CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS e a Certidão Negativa de Improbidade junto ao CNJ.

10.3. Se a compromissária se recusar a receber a Nota de Empenho ou se não apresentar situação regular no ato da emissão do referido documento, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se à aplicação de advertência e de multa de até 10% sobre o valor total contratado.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento, observadas as retenções legais, será efetuado mensalmente, após a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada das respectivas requisições e devidamente certificada pela Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo do TRE/RO, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 10º (décimo) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada definitivamente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.2. O CONTRATANTE não se obrigará a efetuar o pagamento de Faturas/Notas Fiscais desacompanhadas da respectiva solicitação de serviços, quando for o caso, ou não atestadas pelo respectivo gestor/fiscal do contrato.

11.3. No ato do pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade junto a Fazenda Federal ou à Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como apresentar CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS e a Certidão Negativa de Improbidade junto ao CNJ.

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

11.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATANTE não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.6. A compensação financeira prevista no parágrafo quarto será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. São obrigações da CONTRATADA:

a) Realizar o objeto da presente Carta-Contrato nas condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento e seus anexos;

b) Executar os serviços/fornecimentos de acordo com as requisições emitidas pela Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo do TRE/RO, no prazo de 24 (Vinte e quatro) horas, a partir de seu recebimento;

c) Reparar/ corrigir/ refazer as suas expensas, no prazo determinado pelo CONTRATANTE, contados de sua notificação, os serviços nos quais forem constatadas falhas, imperfeições ou irregularidades resultantes da execução ou de material/equipamento empregado;

d) Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços objeto da presente Carta – Contrato, não podendo ser arguido, para efeito da exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

e) Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao CONTRATANTE ou a terceiros e responsabilizar-se por quaisquer danos materiais que porventura vier causar, durante a execução dos serviços;

f) Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato;

g) Manter, durante a execução do serviço contratado, a condição de regularidade junto ao FGTS, INSS e FAZENDA FEDERAL e Justiça do Trabalho;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- h) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigida no Instrumento Convocatório;
- i) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;
- j) Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato;
- l) Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas os carimbos que apresentarem defeito de fabricação ou forem confeccionados em desacordo com as requisições e modelos apresentados;
- m) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas à acordo entre as partes;
- n) Solicitar se necessário, dentro do prazo de entrega ou de substituição de bens, a prorrogação do mesmo, a qual deverá ser devidamente justificada e dirigida à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE/RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Solicitar a realização dos serviços, mediante formulário próprio de requisição de serviços, a qual será emitida pela Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo do TRE/RO, cujas primeiras vias deverão ficar de posse da Contratada, para efeito de controle e prestação de conta mensal;
- b) Manter atualizados os documentos próprios dos registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- d) Dar conhecimento à CONTRATADA, acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;
- e) Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares os serviços prestados pela CONTRATADA;
- f) Notificar a CONTRATADA, na ocorrência da situação prevista na subcláusula anterior, para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo as regras desta Carta – Contrato;
- g) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, preço e prazos previstos nesta Carta – Contrato;
- h) Notificar a CONTRATADA, em razão de qualquer descumprimento das obrigações pactuadas, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
- i) Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- j) Exercer quaisquer outras atribuições derivadas das leis e dos regulamentos e, bem como, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o interesse da Administração Pública o exigir;
- l) Promover o acompanhamento e a fiscalização da presente Carta-Contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- m) Emitir os Termos de que o material recebido está de acordo com as especificações, atestando a fatura para posterior pagamento.
- n) A gestão e fiscalização do presente termo contratual ficará a cargo da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo do TRE/RO, a qual fará o acompanhamento e fiscalização de sua execução com observância das disposições contidas no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93 e na Instrução



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Normativa TRE/RO nº 04/2008. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O descumprimento injustificado das obrigações previstas neste Projeto Básico sujeita a Contratada à multa moratória consoante o “caput” e §§ 2º e 3º do art. 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

- a) atraso injustificado de até 2 (dois) dias úteis na entrega ou substituição de chaves, multa de 2% (dois por cento);
- b) atraso injustificado superior a 2 (dois) dias úteis e inferior a 04 (quatro) dias úteis na entrega ou substituição de chaves, multa de 4% (quatro por cento);
- c) atrasos superiores a 04 (quatro) dias úteis na entrega ou substituição de chaves poderão caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação, podendo a Administração rescindir o contrato e aplicar a Contratada as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) atraso injustificado no cumprimento de qualquer determinação da CONTRATANTE para adimplemento de outras obrigações contratuais, no prazo definido na notificação expedida pelo gestor/fiscal da contratação, poderá ensejar multa de 2% (dois por cento) ao dia, até o limite de 03 (três) dias consecutivos;
- e) atrasos injustificados superiores a 03 (três) dias, no cumprimento de qualquer determinação da CONTRATANTE para adimplemento de outras obrigações contratuais, no prazo definido na notificação expedida, poderá caracterizar a inexecução da obrigação, podendo a Administração rescindir o contrato e aplicar a Contratada as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.
- f) poderão ser aplicadas à licitante vencedora, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas neste edital e seus anexos, as seguintes penalidades:

I - Advertência;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na inexecução total e sobre o valor inadimplido, na inexecução parcial;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

g) sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto Contratado, a Administração poderá garantir a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;

h) na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração aplicar somente a penalidade de Advertência, e diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato, penalidades mais severas;

i) o valor da multa ou condenação, eventualmente aplicada à CONTRATADA, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

j) o valor da multa ou condenação, eventualmente aplicada à CONTRATADA, deverá ser automaticamente descontada do pagamento da fatura a que fizer jus.

l) no caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

m) caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor da multa ou condenação, eventualmente aplicadas a mesma, deverá ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80);

n) caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste Contrato, seu valor será corrigido com juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, conforme determina o art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e o Acórdão n. 1.603/2011 do Tribunal de Contas da União;

o) se a CONTRATADA não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro do estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01);

p) no mesmo ato, o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 3º da Lei 10.522/02);

q) os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO – CAI2;

r) as multas previstas nesta seção não eximem a ADJUDICATÁRIA ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante;

s) da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida IN TRE/RO n. 004/08;

t) as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas neste Edital, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico deste Tribunal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

15.1. O titular da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo do TRE/RO, ou quem suas vezes fizer, será o responsável pela gestão e fiscalização do presente contrato, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas pela IN 04/2008-TRE/RO.

16. DOS ANEXOS

16.1. São anexos ao presente instrumento:

I – Propostas apresentadas na Cotação de Preços nº 10/2020/SLC:
Eventos [0650157](#) e [0650223](#).

II – Comprovantes de habilitação jurídica das empresas participantes:
Eventos [0650258](#) e [0650261](#).

III – Certidões de regularidade fiscal das empresas participantes:
Eventos [0650429](#) e [0650868](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOESER ALVARES DA SILVA, Chefe de Seção**, em 01/02/2021, às 09:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0656223** e o código CRC **3085C1C1**.

0003302-77.2020.6.22.8000

0656223v9

Criado por 001540692364, versão 9 por 001540692364 em 01/02/2021 09:25:17.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003302-77.2020.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo (SPEA)

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de confecção de carimbo para suprir a demanda deste Tribunal - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 6 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por iniciativa da Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo (SPEA), com vistas à eventual contratação de pessoa jurídica especializada no serviço de confecção de carimbos, para atender a demanda deste Tribunal ([0616097](#)), conforme especificado na Solicitação de contratação n. 27/2020 ([0616101](#)) e no ETP para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação ([0619960](#)).

02. Consta no Projeto Básico 2 ([0656223](#)) a especificação do objeto, justificativa, critérios de sustentabilidade ambiental, critérios de aceitação da proposta, das condições de execução dos serviços, habilitação, do valor estimado, cronograma, da aderência ao planejamento orçamentário, da formalização do contrato, pagamento, obrigações das partes, sanções administrativas, da gestão e fiscalização e anexos.

03. Apesar da ampliada busca de preços no mercado executada pela Seção de Licitações e Compras (SLC), verifica-se que das **18 (dezoito)** empresas consultadas apenas **03 (três)** empresas localizadas nesta Capital manifestaram participação, sendo que apenas **02 (duas)** apresentaram propostas ([0650869](#)), demonstrando pelos documentos juntados aos autos as condições necessárias para a habilitação, o que caracteriza completo desinteresse do mercado, conforme verifica-se da Cotação de Preços SLC nº 10/2020, vejamos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a. AZEVEDO & MORAES SERVIÇOS LTDA ME ([0650223](#) e [0650261](#)), CNPJ n. 14.237.752/0001-85, valor da proposta: R\$ 10.205,00 e,

b. BRAGA & TEIXEIRA LTDA ([0650157](#) e [0650258](#)), CNPJ n. 07.554.206/0001-02, valor da proposta: R\$ 8325,00.

04. O Projeto Básico 2 ([0656223](#)) foi submetido a análise da COMAP ([0657081](#)) que concluiu estar o instrumento, complementado pela Cotação de Preços, em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas, manifestando-se pela adjudicação do objeto à empresa BRAGA & TEIXEIRA LTDA, CNPJ n. 07.554.206/0001-02.

05. A Informação da COFC/SPOF traz aos autos a indicação da fonte orçamentária e financeira para suportar a pretensa despesa no exercício de 2021, com o número do Pré-Empenho/SIAFI 2021ND000057 ([0655854](#)).

06. Registre-se que a minuta de carta-contrato foi juntada aos autos no evento [0664350](#).

07. Assim instruído, o feito veio para análise desta Assessoria Jurídica.

É o breve e necessário relato.

II - DA ANÁLISE JURÍDICA

08. A Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

09. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

I - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

10. Esclarece-se que os **10%** mencionado corresponde a **R\$ 17.600,00** (dezesete mil e seiscentos reais), pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

junho de 2018, estabelece o valor de **R\$ 176.000,00** (cento e setenta e seis mil reais).

11. No caso em tela, o valor do serviço pretendido é de **R\$ 8.325,00** (oito mil trezentos e vinte e cinco reais), conforme demonstrado no Projeto Básico 2 ([0656223](#)) e na Cotação de Preço realizada e sistematizada na Informação n. 6/2021 da SLC ([0650869](#)). Assim, está dentro do limite legal acima apresentado. Portanto, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

12. Na linha de pacífico entendimento desta Administração, o raciocínio acerca do fracionamento irregular do objeto não é meramente matemático, demanda a análise do caso concreto. Contudo verifica-se que não há nos autos informação a respeito de contratações no presente exercício, o ETP ([0619960](#)) apenas indaga se houve contratação semelhante em exercícios anteriores, todavia considerando a abertura do procedimento administrativo no final do exercício pretérito, supõe-se não haver falha evidente de planejamento ou que se pretenda buscar a contratação direta dos serviços para subtrair a operação da modalidade competitiva exigida pela lei de Licitações.

13. Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).

14. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade**.

15. Reforçando esse posicionamento, o Acórdão 1.565/2015 – Plenário do TCU aponta que a pesquisa de preços para os casos de dispensa deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo “necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações. Veja-se:

A justificativa do *preço* em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) **no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mínima; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os *preços* praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. (sem grifo no original)

16. Nesse contexto, merece ser trazido a lume trecho do Manual de compras diretas, elaborado pelo TCU, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

Na jurisprudência do TCU, é possível identificar claramente a preocupação do Tribunal em relação a fatores externos que podem prejudicar a correta e célere instrução de um processo de compra. Diante de eventuais dificuldades na pesquisa de preços, basta o gestor comprovar a existência dessas limitações, evitando assim que o processo de compras se arraste no tempo, às vezes até prejudicando o benefício obtido com a compra. Tal entendimento pode ser extraído do Acórdão n.º 2.203/2005 da 1ª Câmara:

1.2. observe os princípios que orientam o procedimento licitatório (art. 3.º da Lei n.º 8.666/93), em especial ao princípio da isonomia entre os licitantes, ainda que se trate de simples cotação de preços junto a fornecedores a qual deve ser a mais ampla possível, porém dentro das limitações de mercado existentes para determinados objetos, cuja existência deve ser justificada;

17. No caso em comento, foram obtidas no mercado local apenas 02 (duas) cotação de preços válidas - ofertada por empresas aptas a contratar com o setor público. A justificativa para tal ocorrido veio aos autos na Informação nº 4/2021 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0650276](#)):

(...)

Como já se esperava, o mercado não costuma responder às cotações de preços. Em que pese encaminharmos o formulário de cotação para 18 (dezoito) empresas e efetuarmos diariamente ligações telefônicas reforçando o convite à participação dessas empresas, apenas 3 (três) manifestaram, sendo que apenas duas apresentaram propostas, a saber:

1) AZEVEDO & MORAES SERVIÇOS LTDA ME ([0650223](#)), CNPJ n. 14.237.752/0001-85, valor da proposta: R\$ 10.205,00 ;

2) BRAGA & TEIXEIRA LTDA ([0650157](#)), CNPJ n. 07.554.206/0001-02, valor da proposta: R\$ 8.325,00.

(...)

18. Conforme devidamente comprovado nos autos, apesar dos esforços empreendidos, não foi possível obter o mínimo de três cotações válidas, por completo desinteresse do mercado, ainda, aliado a esse fato o Estado de Rondônia vem sofrendo sérias restrições para conter o contágio do COVID-19. Portanto, observa-se que a SLC enfrentou dificuldades fáticas na obtenção das propostas.

19. Dessa feita, a cotação de preço levada a cabo no mercado local é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicável a todas as contratações diretas, quais sejam: **a) a razão da escolha do fornecedor; e b) a justificativa do preço,**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

consoante o disposto no art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº. 8.666/1993.

20. Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei 8.666/93** e realizar a contratação com a empresa que ofereceu o menor preço - **BRAGA & TEIXEIRA LTDA – CNPJ Nº 07.554.206/0001-02**, a qual apresentou habilitação regular em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

21. Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010** (grifo nosso).

22. No caso ventilado, a empresa cotada apresentou sua regularidade fiscal e trabalhista a época da cotação de preços, como se verifica nos documentos juntados no evento [0650258](#). Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.

23. Por sua vez, a Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, informa nos autos, evento [0655854](#), a disponibilidade orçamentária para custear a despesa e o Pré-Empenho/SIAFI 2021ND000057, e em nota acrescenta que “**1. Em cumprimento ao**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro. 2. Proposta orçamentária 2021 registrada no processo nº 0000058-43.2020.6.22.8000.”

24. Em última análise, pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei 8.666/93** e realizar a contratação com a empresa - **BRAGA & TEIXEIRA LTDA – CNPJ Nº 07.554.206/0001-02**, a qual ofertou o menor preço para os serviços em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público, **todavia, antes da assinatura do contrato, as certidões da empresa vencedora do certame devem ser atualizadas.**

25. De outro lado, o Projeto Básico 2 (0656223), complementado pela Cotação de Preços n. 05/2019, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos, motivo pelo qual **pode ser apresentado a autoridade competente para sua aprovação, se assim entender.**

26. Com relação a minuta de Carta-Contrato (evento 0664350), em análise formal aos seus termos, percebe-se que o referido instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

III - DA CONCLUSÃO

27. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela possibilidade de contratação direta com a empresa **BRAGA & TEIXEIRA LTDA – CNPJ Nº 07.554.206/0001-02**, por meio de dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993, **condicionado a necessária atualização prévia dos documentos de habilitação da empresa vencedora do certame (item 24 do opinativo), e**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) pela apresentação do PB juntado aos autos à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado, visto que estão presentes os elementos essenciais definidos no inciso IX do ar. 6º dessa mesma lei.

28. Por fim, para cumprimento do parágrafo único, do art. 38, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da **minuta de Carta-Contrato (evento [0664350](#))**.

29. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que regimentalmente inabilitada para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade superior.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 02/03/2021, às 16:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0666362** e o código CRC **0B65BED1**.

0003302-77.2020.6.22.8000

0666362v9

Criado por 004891562321, versão 9 por 004891562321 em 02/03/2021 16:39:34.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003302-77.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE PROTOCOLO, EXPEDIÇÃO E ARQUIVO

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de confecção de carimbo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DESPACHO Nº 271 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Protocolo, Expedição e Arquivo - SPEA, visando à eventual contratação de pessoa jurídica especializada no serviço de confecção de carimbos, a fim de atender a demanda deste Tribunal ([0616097](#)).

Carreou-se aos autos a Solicitação de Contratação nº 27/2020 ([0616101](#)), Estudo Técnico Preliminar para Dispensa e Inexigibilidade de Licitação ([0619960](#)) e, também, as cotações de preços obtidas no mercado local, sendo que, de 18 (dezoito) empresas contatadas, apenas 2 (duas) apresentaram propostas válidas ([0650276](#)).

Após diligências, juntou-se o Projeto Básico 2 ([0656223](#)), contendo, dentre outros itens, o registro de que a empresa que apresentou a proposta mais vantajosa foi a empresa Braga e Teixeira Ltda., cujo valor foi de R\$ 8.325,00 (oito mil trezentos e vinte e cinco reais).

A COMAP concluiu vvpela regularidade do PB, por estar em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei nº 8.666/93, e manifestou-se pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0657081](#)).

A COFC/SPOF juntou aos autos a Programação Orçamentária [0655854](#), registrando que a despesa pretendida pela Administração está adequada orçamentária e financeiramente com a LOA, PPA e LDO referentes a este exercício financeiro.

Por sua vez, a SECONT elaborou minuta de carta-contrato ([0664350](#)) e encaminhou os autos à AJDG, a qual, em análise, aprovou os seus termos, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93. Ademais, opinou pela possibilidade de contratação direta com a empresa, por meio de dispensa de licitação; e pela possibilidade de aprovação do projeto básico ([0666362](#)).

Instada, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação. Ademais, manifestou-se pela aprovação do ETP e do PB; autorização da despesa, de forma direta, por dispensa de licitação; contratação direta da empresa por dispensa de licitação, desde que haja atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivação da contratação; e pela publicação da dispensa apenas no DJE ([0666821](#)).

Primeiramente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor da demanda não supera o limite legal permitido pelo art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Não obstante, essa possibilidade não isenta a Administração de comprovar a regularidade dos preços ou de desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. Sendo assim, é recomendado pelo Tribunal de Contas da União que, em tais casos, a pesquisa de preços deve consistir de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos, sendo “necessária a apresentação de justificativa adequada sempre que não for possível obter número razoável de cotações”.

Consta dos autos que, a despeito dos esforços empreendidos pela SLC, não foi possível obter o mínimo de três cotações válidas, por completo desinteresse do mercado. Todavia, conforme consta dos itens de 13 a 19 do Parecer Jurídico AJDG [0666362](#), restou devidamente justificado o preço a ser contratado, uma vez que a cotação de preços carreada é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais.

Assim, das informações coligidas aos presentes autos, verifica-se que a empresa supradita ofertou o menor preço para os serviços em comento, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

Pelo exposto e com base nos documentos e informações constantes dos autos e nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018, esta Diretoria-Geral:

1. Aprova o Estudo Técnico Preliminar 3 ([0619960](#)) e o Projeto Básico 2 ([0656223](#)), porquanto possuem os elementos mínimos essenciais definidos no inciso [IX do art. 6º c/c §9º do inciso I do art. 7º da Lei nº 8.666/93](#);

2. Autoriza a despesa, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93; e

3. Adjudica o objeto à empresa Braga e Teixeira Ltda., CNPJ nº 07.554.206/0001-02, por ter apresentado o menor preço, no valor de R\$ 8.325,00 (oito mil trezentos e vinte e cinco reais), e autoriza a emissão de Nota de Empenho em favor da referida empresa.

Ademais, registra-se que a assinatura da carta-contrato está condicionada à necessária atualização prévia dos documentos de habilitação.

À SAOFC para a continuidade das ações, visando a contratação pretendida.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 09/03/2021, às 22:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0668938** e o código CRC **9973DF5F**.

0003302-77.2020.6.22.8000

0668938v49

Criado por 015949082372, versão 49 por 004577222313 em 09/03/2021 22:05:41.